Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 1

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 4

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 5

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 6

1.5 Principais clientes 11

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 12

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 13

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 14

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 15

1.10 Informações de sociedade de economia mista 16

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 17

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 18

1.13 Acordos de acionistas 19

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 20

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 21

1.16 Outras informações relevantes 22

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 23

2.2 Resultados operacional e financeiro 27

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 28

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 30

2.5 Medições não contábeis 31

2.6 Eventos subsequentes as DFs 32

2.7 Destinação de resultados 33

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 34

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 35

2.10 Planos de negócios 36

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 38

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 39

3.2 Acompanhamento das projeções 40

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 41
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 42
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 45
4.4 Processos não sigilosos relevantes 47
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 50
4.6 Processos sigilosos relevantes 51
4.7 Outras contingências relevantes 52
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 54
5.2 Descrição dos controles internos 57
5.3 Programa de integridade 58
5.4 Alterações significativas 60
5.5 Outras informações relevantes 61
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 62
6.3 Distribuição de capital 86
6.4 Participação em sociedades 87
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 88
6.6 Outras informações relevantes 89
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 90
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 93
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 94
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 95
7.4 Composição dos comitês 101
7.5 Relações familiares 102
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 103
7.7 Acordos/seguros de administradores 104
7.8 Outras informações relevantes 105
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 106

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 109
8.3 Remuneração variável 112
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 114
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 115
8.6 Outorga de opções de compra de ações 116
8.7 Opções em aberto 117
8.8 Opções exercidas e ações entregues 118
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 119
8.10 Outorga de ações 120
8.11 Ações entregues 121
8.12 Precificação das ações/opções 122
8.13 Participações detidas por órgão 123
8.14 Planos de previdência 124
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 125
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 126
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 127
8.18 Remuneração - Outras funções 128
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 129
8.20 Outras informações relevantes 130
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 131
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 133
9.4 Outras informações relevantes 134
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 135
10.1 Descrição dos recursos humanos 137
10.2 Alterações relevantes 139
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 140
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 141
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 142
10.5 Outras informações relevantes 143
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 144
11.2 Transações com partes relacionadas 145
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 146
11.3 Outras informações relevantes 147
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 148
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 149
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 150
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 151
12.5 Mercados de negociação no Brasil 152
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 153
12.7 Títulos emitidos no exterior 154
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 155
12.9 Outras informações relevantes 156
13. Responsáveis pelo formulário
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 157
13.1 Declaração do diretor presidente 158
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 159
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 160

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do emissor

Em 1911 junto ao seu pai, Joaquim Oliveira deixou a pequena vila portuguesa de Almalaguês rumo à cidade de Pelotas/RS, onde conseguiu seu primeiro emprego no modesto estabelecimento chamado “O Botafogo”. Em sociedade com seu futuro cunhado, José Moraes, Joaquim fundou seu próprio armazém, o “Ao Tira Fogo”. Conforme conquistava o seu espaço e alcançava melhores condições de vida, ele incentivou seus irmãos a virem de Portugal para que pudessem desfrutar também da oportunidade. Atraídos pelo convite, primeiro, chegaram ao Brasil os irmãos Urbano e Manuel. Algum tempo depois, vieram João e Lauro e, por fim, a irmã caçula, Albertina.

Joaquim torna-se o único proprietário do “Ao Tira Fogo” em 1922, iniciando assim a história da empresa Joaquim Oliveira S/A Participações, a Josapar, embora, juridicamente, só passasse a ter esse nome nos anos 70.

Em 1933 com a consolidação do nome de sua firma, Joaquim deu mais alguns passos rumo ao crescimento. Ampliou suas vendas para outros estados brasileiros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, adquiriu campos e uma torrefadora, o que o permitiu empacotar sua própria marca de café, o Café Flor. Além disso, em um gesto de generosidade e confiança, Joaquim dividiu seu negócio em partes iguais com seus 4 irmãos: João, Urbano, Lauro e Albertina, formalizando, assim, uma associação comercial entre eles.

A Segunda Guerra Mundial trouxe muitas dificuldades, como escassez de matérias-primas e produtos manufaturados. Em plena retração, os irmãos Oliveira inovaram, comprando grandes quantidades de açúcar do Nordeste e ofertando aos fruticultores da região para o uso em compotas de pêssego.

Para a embalagem desses doces, eram necessárias as folhas de flandres, que tinham seu transporte feito por navios. Porém, devido à guerra, muitas frotas foram afundadas, gerando um grande risco para as entregas.

Mas uma sorte garantiu que o carregamento chegasse ileso, permitindo que Joaquim fizesse a venda do produto com exclusividade para outras empresas durante um tempo.

Ainda no período da guerra, outros itens também estavam escassos, como as colas para fins domésticos e industriais, além dos fertilizantes orgânicos para a agricultura.

Vivendo em uma região com muito gado, onde frigoríficos e charqueadas não utilizavam os restos de ossos e cartilagens, os irmãos Oliveira adquirem uma fábrica alemã de colas e resinas desapropriada pelo Governo Federal e passam a fabricar colas de baixo custo à base dessas cartilagens e, com os resíduos de ossos, lançam no mercado o novo adubo “Supremo”.

Expandir e diversificar os negócios sempre fez parte dos planos dos irmãos Oliveira, o que os incentivou a arrendar propriedades e granjas em diversas localidades gaúchas.

Em 1950, o Grupo funda no Taim, no Rio Grande do Sul, a Granja 4 Irmãos S/A, cuja finalidade foi estender a união das quatro famílias nesse setor e, dessa forma, transmitir às gerações seguintes a tradicional coesão dos irmãos Oliveira. A recém-criada firma era especializada no plantio de arroz e na criação de gado. É também nesse momento que o arroz passa a ter grande destaque nas atividades comerciais do Grupo.

Seguindo as características empreendedoras dos fundadores, o complexo empresarial transformou-se em 1952 na Sociedade Anônima. Reconhecida e respeitada no comércio de autosserviço, agricultura, pecuária e produção de alimentos, tornou-se uma organização com um grande número de executivos contratados trabalhando junto à segunda e terceira gerações Oliveira na administração do Grupo.

1.1 Histórico do emissor

O ano é marcado, também, pelo falecimento de Joaquim Oliveira, aos 56 anos. Imigrante português que chegou ainda adolescente ao Brasil, Joaquim era uma pessoa de fácil amizade e possuía tino para os negócios. Um homem que dedicou sua vida ao trabalho e à família.

Inspirado no exemplo de sucesso que acontecia nos EUA, o Grupo começa a estudar as modernas vendas em forma de autosserviço e passa a arquitetar planos de estabelecer lojas de supermercados.

Assim, em 1953, é inaugurado o Supermercado Real, em Porto Alegre, o primeiro do Rio Grande do Sul. O nome do empreendimento é escolhido com enfoque de marketing, já que traz fortes conotações de veracidade, realismo, nobreza e prestígio. Uma novidade tão grande, que foi necessário o desenvolvimento dos primeiros carrinhos de mercado, cestas, gôndolas e balcões refrigerados do Brasil. Anos depois, o empreendimento alcança o posto de 5ª maior cadeia de varejo do país, com 78 lojas.

Em 1973 é fundada a Suprarroz, seguindo a tradição na criação de produtos de qualidade e investimento constante em modernização, o Grupo alcança reconhecimento nacional, quando passa a produzir arroz branco, parboilizado, óleo de arroz, farinha de arroz, sementes e fertilizantes.

Em pouco mais de 10 anos, a Suprarroz tornou-se o maior e mais moderno parque industrial de beneficiamento de arroz do país.

No mesmo ano, inspirado na marca americana Uncle Ben’s (Tio Ben, em português), outro momento entra para a história do Grupo: a criação da marca Arroz Tio João. Além de sintetizar as atividades desenvolvidas pelos quatro irmãos imigrantes, transformou-se em símbolo e carro-chefe da Josapar.

Visando à diversificação de produtos, a Josapar chegou ao mercado de feijões, com a marca Biju. O portfólio Biju ganha força e é acrescido pelos arrozes branco e parabolizado e, em 2008, o arroz integral e o especial para risotos passam a compor seu mix de produtos. Já, em 2011, a marca muda de nome e se torna Meu Biju, ganhando reconhecimento por seu ótimo custo-benefício, atendendo a diversos perfis de consumidores de todo o país.

Após a modernização de sua indústria de fertilizantes, a empresa investe em uma planta de adubos organominerais. Assim, após amplas pesquisas, é lançado o Adubo Organomineral NPK Nº1, produto que reduz a perda de nutrientes, oferecendo a mesma eficácia dos fertilizantes minerais.

Dentro da estratégia de se tornar uma indústria de alimentos, novos segmentos de produtos com valor agregado são criados e surge o SupraSoy em 1995, um alimento em pó à base de proteína vegetal, vindo de uma parceria da Josapar com o Grupo PTI, hoje DuPont.

A Josapar inicia em 1999 seu processo de exportação de produtos, com envios pontuais de arroz para o exigente mercado japonês. Uma década depois, a exportação do cereal se torna regular, atendendo ainda mais países e observando todas as especificidades de cada destino.

Atualmente, os itens exportados chegam a mais de 40 países, entre América do Norte, América Latina, Oriente Médio e África.

Hoje, a empresa com origem em Pelotas, no Rio Grande do Sul, criada em 1922 por Joaquim Oliveira e seus irmãos, possui 6 unidades industriais, sendo 2 na cidade de Pelotas/RS, e as demais em Itaqui/RS, Jaboatão dos Guararapes/PE e Cristalina/GO.

A Unidade Vila Princesa, em Pelotas, e a de Itaqui são também para recepção, armazenamento e secagem de matérias-primas, junto às de Santa Vitória do Palmar/RS e Dom Pedrito/RS, utilizadas exclusivamente para este fim.

1.1 Histórico do emissor

A Josapar conta, ainda, com 8 unidades de distribuição nas cidades de Cajamar/SP, Brasília/DF, Contagem/MG, Belém/PA, Embu das Artes/SP, Simões Filho/BA, Itaguaí/RJ e Caucaia/CE, com a finalidade de agilizar as entregas dos produtos nos pontos de venda, gerando assim maior poder de competitividade.

Em 2022 completamos 100 anos de história e temos muito orgulho da nossa trajetória!

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição atividades emissor / controladas:

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do país e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detém a marca líder (em alguns estados do país) do segmento de arroz branco *Premium* e parboilizado – Tio João, com mais de 50 anos de mercado e por 24 anos consecutivos a marca mais lembrada na pesquisa *Top Of Mind/RS*, além de várias outras premiações estaduais e nacionais.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar a marca Tio João nas linhas de arroz branco, parboilizado e integral, farinha de arroz e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, 7 Grãos, Misturas para Bolos e Brownie. Em 2022 lançou o feijão preto Tio João com venda apenas em Brasília. Em 2024 passou a comercializar o feijão preto Tio João também em uma rede de supermercados no Rio de Janeiro. Além de arroz e feijão em diversas variedades com a marca Meu Biju. Conta também com distribuição exclusiva no Brasil da marca de azeites extra virgem Nova Oliva. Ainda, é detentora de marcas de menor expressão como Tio Mingote, No Ponto, Nikkoh, Beleza, Impacto, Bataclan e Pedrinho para arroz e feijão. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com as marcas SupraSoy e Soy+. Na década de 80 inaugurou uma unidade de fertilizantes, com a marca Organomineral NPK Nº1, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais - vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita da Companhia

Distribuição da receita por segmento	2024	2023	2022
Arroz Branco	56%	50%	40%
Arroz Parboilizado	10%	9%	8%
Produtos Semi Prontos (arroz e divisão soja)	7%	7%	6%
Adubo	23%	27%	39%
Feijão	1%	2%	2%
Imóveis	3%	2%	2%
Demais Produtos	0%	3%	3%
Total	100%	100%	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Produção, comercialização e mercado

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 70% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim no mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes da mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. É nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria-prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, classificação, secagem e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. O compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz. A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, adequando-os ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

O processo produtivo envolve seis estágios principais: descasque, polimento, separação, eletronização, brilhamento e empacotamento. Na linha do arroz parboilizado, há também o tratamento hidrotérmico dado ao grão de arroz em casca antes do beneficiamento. Abaixo listamos os produtos da companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Linha Tio João

Arroz Tio João Branco: Para continuar sendo o preferido dos brasileiros, o arroz Tio João recebeu investimentos e ficou ainda melhor. O cuidado vem desde o plantio, com a seleção somente das variedades mais nobres, aliada à tecnologia no beneficiamento dos grãos. Este processo garante um arroz com maior rendimento, ficando branco, solto e saboroso. A diferença é percebida no pacote e comprovada na panela.

Arroz Tio João Parboilizado: Ao passar por um tratamento hidrotérmico (água fervente), parte das vitaminas presentes no farelo do arroz migram para o interior do grão, aumentando o seu valor nutritivo e concentrando vitaminas do complexo B. Este processo faz com que o Arroz Tio João Parboilizado apresente grãos mais inteiros e sempre soltinhos após o preparo.

Arroz Tio João Integral: O Arroz Integral passa pelo processo de parboilização e dessa maneira ele se torna altamente nutritivo, visto que muitos nutrientes do farelo migram para o interior do grão. Por não passar pela etapa de polimento, este arroz mantém a camada externa do grão, conservando as suas propriedades. O Arroz Tio João Integral passa ainda por um moderno processo industrial, responsável por realizar trincas nos grãos, fazendo com que a água penetre mais facilmente e ele cozinhe mais rápido do que outros arrozes integrais.

Arroz Tio João Integral Orgânico: O Arroz Tio João Integral Orgânico é um alimento altamente nutritivo, pois, além de possuir fibras e proteínas, recebe um cuidado especial desde o seu plantio, sendo produzido sem agrotóxicos. Sua embalagem a vácuo ajuda a manter o produto livre de infestações, além de garantir o sabor e o aroma excelentes. Reconhecido pela ECOCERT BRASIL, ganhou o certificado de produto orgânico.

Tio João 7 Grãos: É uma Linha voltada para a saúde e bem-estar dos consumidores. É composta pelos produtos Tio João 7 Cereais + Soja, 7 Grãos + Passas de Uva e 7 Grãos. A Linha Tio João 7 Grãos oferece momentos versáteis, gostosos e muito nutritivos.

Tio João Variedades Mundiais: A Linha Variedades Mundiais oferece aos consumidores a possibilidade de degustar grãos que são tradicionais em outros países, através de produtos perfeitos para o preparo de pratos inspirados na culinária internacional. Com embalagens a vácuo, a linha Variedades Mundiais é formada pelos arrozes Selvagem, Preto, Basmati, Vermelho, Carnaroli, Sasanishiki, Jasmine e Arbório.

Tio João Cozinha Fácil - Semiprontos e Semiprontos Integrais: Praticidade e muito sabor fazem parte das opções de semiprontos da Josapar. A Linha Tio João Cozinha Fácil oferece receitas que servem de acompanhamento para os mais diversos pratos. Está disponível nas versões Arroz à Grega, Arroz com Brócolis, Arroz com Curry, Arroz com Ervas Finas, Arroz com Funghi e Arroz com Tomate e Manjericão. Também foram lançados nesta Linha os produtos com arroz integral: Cozinha Fácil Arroz Integral + Arroz Vermelho e Tomate e Cozinha Fácil Arroz Integral + Vegetais (milho, ervilha, brócolis e cenoura), que buscam atender o público que procura alimentos mais saudáveis sem perder a praticidade.

Tio João Cozinha & Sabor - Semiprontos: A Linha Tio João Cozinha & Sabor traz semiprontos irresistíveis, com sabor de comida caseira e uma preparação simples – perfeitos para uma refeição completa, sem a necessidade de acompanhamentos. Fazem parte dessa Linha o Arroz Carreteiro e o Arroz com Galinha, feitos com arroz parboilizado – que deixam suas receitas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

sempre com aquele arroz soltinho – e os Risotos: Napolitano, Milanês, à Valligiana e Sabor Parmigiana, que utilizam o tradicional arroz carnaroli, especial para risotos, resultando em um prato mais cremoso.

Tio João Farinha de Arroz e Misturas para Bolos e Brownie: Delicie-se com sabores irresistíveis enquanto desfruta de opções livres de glúten. Ideal para quem deseja adicionar um diferencial às suas receitas, a Farinha de Arroz Tio João não contém glúten, é de fácil digestão e possui sabor neutro, podendo ser utilizada para o preparo de pães, bolos e outras massas. Além da Farinha de Arroz, a Josapar possui a Linha de Misturas para Bolos nos sabores: Laranja, Baunilha e Chocolate, e também a Mistura para Brownie. Fácil e prático. Uma experiência sem glúten e com muito sabor.

Feijão Preto Tio João 100% Grãos Selecionados: Desde a escolha das sementes certificadas até o rigoroso beneficiamento dos grãos selecionados, o Feijão Preto Tio João 100% Grãos Selecionados possui garantia de rastreabilidade e qualidade premium.
Todo esse processo é feito para assegurar um cozimento uniforme dos grãos em menor tempo, caldo consistente e uma ótima aparência, oferecendo a qualidade necessária para o preparo de incríveis receitas.

Linha Meu Biju

Linha 8 Grãos Meu Biju: É uma Linha de alimentos saborosos, fontes de fibras e disponível em três versões: com Quinoa, com Aveia e com Chia. Elaborada para quem busca uma alimentação balanceada, seus produtos trazem uma perfeita combinação entre saúde, sabor e praticidade.

Arrozes Meu Biju: Lançada com o objetivo de fazer parte de um segmento de alto consumo no mercado, a Linha Meu Biju oferece ótimo custo-benefício. Na gôndola, ajuda a proteger o Tio João das marcas mais populares. Está disponível nas variedades Arroz Branco, Parboilizado Tipo 1 e Tipo 2, Integral e Especial para Risotos.

Feijões Meu Biju: Fonte de proteínas, rico em cálcio, ferro e fósforo, o Feijão Meu Biju é uma referência na categoria e ganha cada vez mais mercado. O produto passa por um criterioso controle de qualidade, que começa na escolha da matéria-prima e segue por um processo industrial que conta com a seleção eletrônica de grãos, garantindo ao produto ótimo padrão de cozimento. A linha é formada pelos feijões Preto, Carioca, Branco e Vermelho.

Azeites Nova Oliva

Extra Virgem, Extra Virgem Orgânico e Extra Virgem Edição Limitada: Os azeites da Linha Nova Oliva têm aroma e sabor inconfundíveis. Seu grande diferencial é o índice de acidez máxima de 0,4%. Isso se deve à utilização de azeitonas selecionadas das melhores variedades europeias e colhidas em estados precisos de maturação, diferentes para cada tipo de azeite. Tais cuidados no processo de fabricação garantem azeites mais saudáveis e saborosos para todos os paladares. Os azeites Nova Oliva têm distribuição exclusiva da Josapar no Brasil.

Divisão Soja
SupraSoy: São alimentos em pó produzidos com proteína vegetal à base de soja, enriquecidos com vitaminas e minerais e podem ser consumidos por crianças a partir de 1 ano, adultos e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

idosos. A Linha toda é isenta de glúten e lactose, disponível nas versões Original e Nature.

Soy+: Soy+ é uma bebida em pó à base de soja com preparo rápido e fácil, pois basta adicionar água. Disponível nos sabores Original, Morango e Banana, é uma deliciosa e prática opção para o seu lanche. Muito mais sabor sem lactose.

Outras Marcas
Produtos Regionais: Marcas que contam com a qualidade Josapar e surgiram para concorrer com produtos de distribuição regional. Nesta categoria temos: os feijões e os arrozes Tio Mingote e No Ponto; e os arrozes Nikkoh, Beleza, Impacto, Bataclan, Exato, Pedrinho e Puppy, sendo o Nikkoh uma variedade da cozinha japonesa.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda.
A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado
A Organização é uma das líderes de mercado no segmento de arroz branco e parboilizado no país com a marca Tio João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados
A Companhia está inserida em mercados extremamente pulverizados em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a Organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos. O mercado competitivo é sensível à variação de preços da matéria-prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria-prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias-primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores
Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria-prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços
Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma commodity, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias-primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

1.5 Principais clientes

1.5. Principais clientes:

a) Montante total de receitas provenientes do cliente
b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há nos últimos 3 exercícios sociais cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Efeitos da regulação estatal:

Não há qualquer regulação estatal vinculada as atividades da Companhia.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Receitas relevantes no exterior:

A receita de vendas externas da Companhia é inferior a 10% da receita bruta.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Efeitos da regulação estrangeira:

Não aplicável à Companhia. A receita de vendas externas na Companhia é inferior a 10% da receita bruta.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A companhia até o momento não divulga informações sociais e ambientais.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Informações de sociedade de economia mista

Não se aplica, pois a companhia é uma sociedade anônima.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante:

Não aplicável à companhia, não houve aquisição ou alienação.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Operações societárias/Aumento ou redução de capital:

Não aplicável à companhia, não houve aumento ou redução de capital.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Acordos de acionistas:

Não aplicável, não existem acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios:

Não houve alterações relevantes na condução dos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas:

Não há contratos relevantes.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Outras informações relevantes:

A Administração da Companhia entende ter descrito neste item todas as informações relevantes que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2024 foi marcado por um cenário de instabilidade econômica, agravado por uma tragédia climática sem precedentes no Rio Grande do Sul.

A pauta recorrente sobre o descontrole fiscal trouxe o desafio à economia doméstica, e a inflação crescente pressionada pelos gastos do governo mostrou força ao longo do ano. Esse contexto deteriorou o cenário do ano anterior, cujas projeções mostravam queda da taxa de juros, e o que se observou, após a SELIC iniciar o ano em 11,25%aa e chegar a 10,50% a.a. em maio, foi as altas robustas e sucessivas a partir de setembro, com taxa ao final de 2024 em 12,25% a.a. com viés de alta.

O IPCA fechou 2024 em 4,83%aa, passando o teto de 1,5% sobre a meta, de 3%a.a. Ainda assim a Selic média de 2024 foi 18% inferior à do ano anterior – 11% em 2024, contra 13% em 2023. O câmbio por sua fez seguiu depreciado, com dólar médio de 2024 de R$ 5,39, ante R$ 4,99 em 2023.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2023/2024 apresentou uma produção de 10,6 milhões de toneladas, safra 5,5% maior quando comparada à de 2022/2023. Ainda assim o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2024 foi de R$ 111, superando em 20% os R$ 92 do exercício de 2023. Já as expectativas para a safra 2024/2025 novamente indicam maior oferta de grãos. Volume previsto de 12,1 milhões de toneladas, 14,3% maior que a anterior, de 10,6 milhões de toneladas, com aumento de 6,5% da área plantada e também com aumento da produtividade (7,3%). O aumento contínuo dos estoques de passagem e a oferta doméstica substancialmente maior de matéria prima pressionará a queda no nível de preços de arroz para 2025, e sua recuperação ao longo do exercício dependerá do consumo, e da volatilidade do dólar e do desempenho das exportações e das importações.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2024 e 2023:

	2024 (R$ Mil)	2023 (R$ Mil)	Variação % e p.p.
Vendas Brutas	2.385.271	2.277.741	107.530
Vendas Líquidas	2.212.219	2.119.154	93.065
Lucro Bruto	467.510	457.255	10.255
% LB s/VL	21,1%	21,6%	-0,5 pp
Ebitda	123.479	141.670	-18.191
% Ebitda s/VL	5,6%	6,7%	-1,1 pp
Lucro Líquido controladores	23.540	16.105	7.435
% LL s/VL	1%	0,7%	0,3 pp

A margem bruta da Companhia foi de 21% das vendas líquidas (Lucro bruto de R$ 468 milhões). A competitividade do setor de grãos no Brasil e o desempenho do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R$ 485 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R$ 59 milhões, contra R$ 98 milhões do ano anterior. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

próprio de R$ 269 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Essa conjuntura influenciou margens e rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2024 atingiu R$ 23,5 milhões (R$ 2.225 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2023 foi de R$ 16 milhões (R$ 1.522 pelo lote de 1.000 ações).

b. Estrutura de capital

A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a divida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras. O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i.Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Passivo circulante	Controladora e Consolidado	
Moeda Interna	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos para investimentos	1.870	3.947
Crédito Rural – recursos livres	127.409	82.297
Capital de giro	422.497	383.453
Total	551.776	469.697
Moeda estrangeira		
Capital de giro-FINIMP	93.126	44.710
Total	93.126	44.710
Total do circulante	644.902	514.407

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo não circulante		
Moeda Interna	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos para investimentos	14.472	15.274
Crédito Rural – recursos livres	20.990	140.909
Capital de giro	540.742	576.885
Total	576.204	733.068
Total do não circulante	576.204	733.068

Vencimentos de longo prazo	31.12.2024	31.12.2023
2025	-	465.498
2026	365.244	184.393
2027	116.772	83.177
2028 a 2038	94.188	-
Total do não circulante	576.204	733.068

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,97%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,97%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US$	7,49%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,37%	a.a.

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,50% a.a. a 6% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US$ 15.039 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário. A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dividas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2024 com 2023 foram a redução proporcional das contas de estoques e fornecedores em moeda estrangeira especificamente do segmento de insumos (queda de preços no exercício), o aumento do saldo da conta de endividamento de curto prazo e redução proporcional da dívida de longo prazo, por conta da redução da contratação de financiamentos bancários e retração no perfil do endividamento

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2024
Arroz Branco	56%
Arroz Parboilizado	10%
Produtos valor agregado	7%
Feijão	1%
Adubo	23%
Imóveis	3%
Total	100%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz, e sua variação no decorrer do exercício, e do valor das matérias primas de fertilizantes e seu repasse nos preços de venda.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A evolução do faturamento bruto (R$ 2,4 bilhão em 2024 contra R$ 2,3 bilhão em 2023) é atribuída as variações do nível de preços do mercado arroz e fertilizantes.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços). O câmbio pode incrementar ou retrair a competitividade das exportações e a taxa de juros influi diretamente no volume de despesa financeira da Companhia, que por estratégia operacional se mantém alavancada.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas praticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações financeiras previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 estão descritas a seguir:

a) Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

b) Emissão da emenda OCPC 10 – A Resolução CVM nº 2223 torna obrigatório para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (Tco2E), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiros, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. Esta resolução é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2025. Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

c) Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

d) Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

e) Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

f) Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2024	2023	2022	2021
EBITDA / LAJIDA MR$	123.479	141.670	146.114	100.834
EBITDA / LAJIDA	6%	7%	7%	5%

b. Fazer conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(em milhares de Reais)

CONSOLIDADO	2024	2023	2022	2021
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	109.618	126.770	133.299	88.018
Depreciações e Amortizações do Permanente	13.861	14.900	16.015	17.153
EBITDA / LAJIDA	123.479	141.670	146.114	100.834

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Administração da empresa entende não haver qualquer evento subsequente relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Política de destinação de resultados

JOSAPAR	2024	2023	2022
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
iii. Contratos de construção não terminada
iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R$ 8,3 milhões e foram realizados na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais. Adicionalmente, houve no mês de novembro de 2024 a celebração de contratos de financiamento com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade de capital de giro, no valor de R$ 41,6 milhões, pelo prazo de 5 anos com 12 meses de carência, e na modalidade de investimento, no valor de R$ 153 milhões, pelo prazo de 10 anos com 24 meses de carência. Os contratos têm como objetivo a transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através da geração de caixa operacional da companhia. Já a de investimentos previstos a fonte é advinda dos contratos de financiamento com o BNDES, citados no item anterior.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i.Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R$ 745 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

iii. Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

2.10 Planos de negócios

Vide resposta item ii.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não há plano de negócios ASG formalmente instituído. A administração da companhia entende que toda e qualquer decisão estratégica de forma inerente traz consigo a avaliação dessas questões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica a companhia, pois não há outros fatores que não os descritos na seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. Projeções divulgadas e premissas:

Não aplicável à Companhia. A organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Acompanhamento das projeções:

Não aplicável à Companhia. A organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commodity* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

a) **Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização com essa característica.

b) **Fatores de risco relacionados a seus acionistas**

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida a Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

c) **Fatores de risco relacionados à suas controladas**

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda fora criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

d) **Fatores de risco relacionados a seus fornecedores**

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commodity* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 5% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

e) **Fatores de risco relacionados a seus clientes**

A empresa detém uma base de clientes com mais de 125.054 mil CNPJ´s cadastrados, sendo mais de 11.150 mil clientes ativos (corte de 90 dias). Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

f) **Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia**

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), movimentos na taxa Selic e em spread´s bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

g) **Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia**

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opressora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

h) **Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue**

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional.
Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja, em volume atual aproximado de 46% do CPV. Com exceção do arroz – que tem importações pífias se comparadas ao abastecimento doméstico, as operações de proteína isolada de soja e fertilizantes são quase que integralmente abastecidas pelo mercado externo, mas sem a dependência individual de algum específico país, havendo alternativas de originação para ambos os casos.

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente ao redor de 10% de sua venda bruta anual. Entretanto, vem desde 2007 estrategicamente investindo na sua estrutura de vendas para o mercado externo.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

-A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
-Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
-Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 90% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e spread´s bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2024, R$ 1,221 bilhões (consolidado).

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US$ 15.039 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário. A administração da companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e Lei 4.131/62. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar e/ou Euro) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de SWAP para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a R$ 199 milhões em 31/12/2024.

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira:

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2024 em R$:

						Cenários		
Risco: alta do CDI		CDI DEZ24	12,25%	a.a.		Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
						manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato					12,25%	12,25% CDI a.a.	15,31% CDI a.a.	18,38% CDI a.a.
Data base	**Valor**	**spread**	**index**	**vencimento**				
31/12/2024	R$ 199.032	diversos	CDI	diversos		R$ 261.189	R$ 278.175	R$ 296.705
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato						R$ -	R$ 16.986	R$ 35.516

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.
Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia e suas controladas:

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta ao montante de R$ 5.183 milhões em 31/12/2024. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2024:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (Cível >R$ 500 mil; Tributário > R$ 500 mil); (ii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado
022/1.08.0007747-5 (nº EPROC 5001290-59.2008.8.21.0022)	4ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	07/05/2008	Juracy José Dotto	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R$ 329.146,80	Embargos à Execução em que o embargante sustenta a inexigibilidade do título executivo executado pela Josapar. Realizada audiência de instrução para oitiva das testemunhas e o depoimento pessoal do autor. Audiência de conciliação inexitosa. Designada audiência para reinquirição das testemunhas ou acareação. Encerrada a instrução, foi determinada a abertura prazo para apresentação de memoriais. Determinada a realização de prova pericial contábil para apurar os pagamentos feitos pela parte. Aguardamos manifestação do perito. O magistrado determiou o cancelamneto da perícia, tendo o embargante agravado retido da decisão. Em 25/08 o magistrado determinou a remessa dos autos para a contadoria para apurar o valor discutido nos autos, em que pese este já estivesse concluso para sentença. Assim, em 11/07 foi interposto Agravo retido pela empresa, bem como apresentado contrarrazões do agravo interposto pelo embargante. Mantida a decisão agravada pelo MM. Juiz que determinou nova intimação do perito. Aguarda entrega do laudo. Ante o silêncio do perito nomeado, em substituição, foi nomeado um novo perito. Autos aguardando manifestação do perito. Carga com o perito. Expedido ofício dia 06/12/2013. Determinada intimação para informar se fora realizada a perícia. Determinada a substituição do perito e nomeação do novo expert que realizará a perícia contábil. Processo digitalizado sob o nº 50012905920088210022. Perito substituto nomeado tendo em vista que o primeiro nomeado pediu dispensa. Perito solicitou documentação suplementar para finalização do laudo; Protocolamos impugnação ao laudo pericial, bem como apresentamos quesitos complementares. Perito respondeu a nossa impugnação. Foi preferida sentença de procedencia da impugnação a execução, apresentamos apelação que foi desprovida. Manejmos embargos de declaração, que restaram resacolhidos, iremos manejar RESP. Apresentamos RESP e agravo em RESP	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
022/1.13.0018743-1 (Nº EPROC 5003011-70.2013.8.21.0022)	2ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/11/2013	Comil Silos e Secadores LTDA	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R$ 1.834.831,23	Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta pela Comil em face da Josapar objetivando o pagamento de R$ 1.834.831,23 em razão do inadimplemento do contrato firmado para ampliação da Unidade Vila Princesa. Ofertado imóvel como garantia à execução. Protocolado embargos à execução (022/1.14.0001751-1). O processo encontra-se suspenso aguardando julgamento dos embargos à execução. Processo digitalizado sob o nº 50031170201382102022; Processo suspenso.	Possível	Com garantia	Não há como provisionar valor
022/1.16.0013319-1 (EPROC nº 5004927-37.2016.8.21.0022)	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/10/2016	Comil Silos e Secadores LTDA	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R$ 901.029,29	Trata-se de ação monitória onde a Comil pretende o pagamento pela Josapar do valor de R$ 480.00,00 em relação à parcela prevista de vencimento no dia 31/01/2013 em relação ao contrato formalizado entre as partes.Processo suspenso e até o julgamento do processo nº 022/1.13.0020351-8, no qual a Josapar alega o descumprimento do contrato por parte da Comil. Apresentados embargos à Monitória, o autor protocolou sua impugnação, momento em que o processo foi conclusos para que as partes sejam intimadas acerca das provas que pretendem produzir; Requeremos, no feito, a produção de prova emprestada. Juízo deferiu a produção de prova emprestada. De ofício, o juízo revogou a prova emprestada deferida, sem fundamentação. Opusemos Embargos de declaração. Comil apresentou impugnação. Embargos foram desacolhidos, manjeamos Agravo de Instrumento que não foi conhecido. Os autos estão conclusos para julgamento	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
1019007-10.2021.8.26.0071	6ª Vara Cível da Comarca de Bauru/SP	2ª Instância	03/08/2021	Rosanto Representação Comercial LTDA - ME	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R$ 2.107.677,74	Ação movida pela ROSANTO cobrando verba indenizatória referente a comissão de representante comercial de 1/12 por desligamento da empresa, alegadamente sem justa causa. Após a propositura da ação, apresentamos contestação. Intimadas para provas, as partes requereram prova testemunhal. Realizada audiência de instrução, foram ouvidas testemunhas da ROSANTO e da JOSAPAR. Apresentadas memoriais sobreveio sentença de IMPROCEDÊNCIA aos pedidos da ROSANTO. Apresentada Apelação os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça de São Paulo que manteve a sentença. Interpostos Recurso Especial, os mesmos foram inadmitidos, estamos aguardando o transito em julgado ou a interposição de novo recurso.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
11080.007884/2009-43	CARF	2º Instância	18/03/2010	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 520.641,24	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2006, no montante de R$ 2.197.085,45. Sobreveio Despacho Decisório, reconhecendo parcialmente o crédito pleiteado no valor de R$ 1.680.694,96. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 520.641,24. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720067/2010-18	CARF	2º Instância	18/03/2010	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 496.569,50	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2006, no montante de R$ 1.825.159,49. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.321.837,71. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 496.569,50. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720077/2010-53	CARF	2º Instância	18/03/2010	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 466.527,92	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2007, sendo R$ 52.308,09 de exportação e R$ 2.065.859,96 de mercado interno. Sobreveio Despacho Decisório reconhecendo os valores de R$ 41.500,08 (exportação) e R$ 1.602.928,20 (mercado interno), glosando R$ 473.379,77. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 466.527,92. Apresentada Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero. Verificamos movimentações do processo em consulta pública, favor atentar-se à caixa postal para possíveis intimações de decisão.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720076/2010-17	CARF	2ª instância	18/03/10	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 462.483,43	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2007, no montante de R$ 1.840.296,78. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.375.190,27. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 462.483,43. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720071/2010-86	CARF	2ª instância	18/03/10	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 412.013,38	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 4º trimestre de 2006, no montante de R$ 1.742.185,60. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.282.621,39, glosando o valor de R$ 459.564,21. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 412.013,38. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720072/2010-21	CARF	2ª instância	18/03/10	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 436.277,77	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2007, no montante de R$ 1.665.669,16. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.225.797,62. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 436.277,77. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720078/2010-06	CARF	2ª instância	18/03/10	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 417.102,67	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 4º trimestre de 2007, no montante de R$ 1.962.557,74. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.533.667,66. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 417.102,67. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial.A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720086/2010-44	CARF	2ª instância	18/03/10	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 396.235,57	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2008, no montante de R$ 2.287.460,56. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.894.548,16. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 396.235,57. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

11080.720079/2010-42	CARF	2ª instância	18/03/10	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 390.216,94	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2008, no montante de R$ 1.800.526,01. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.391.443,98. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 390.216,94. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgamento parcialmente procedente, para afastar as glosas relativas às despesas com (a.) combustíveis e lubrificantes; (b) materiais auxiliares de consumo; (c) uniformes, equipamentos de segurança; (d) controle de pragas; (e) armazenagem de cargas (paletes e contentores; (f) despesas de fretes incorridos na operação de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, bem como aplicar a Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS. Restaram mantidas as glosas referentes à (i) despesas com assessoria aduaneira e; (ii) despesas de fretes de transferência de produtos acabados entre estabelecimentos. Foi apresentado RESP pela Procuradoria da Fazenda, buscando reformar o acórdão no entendimento acerca das glosas sobre despesas de fretes incidentes na aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero e com créditos presumidos, além da aplicação da Selic aos créditos de ressarcimento de PIS e COFINS, com relação ao qual foi apresentado contrarrazões. Ademais, foi apresentado RESP pela Contribuinte buscando revertar as glosas referentes à (1.) assessoria e aduaneira; (2.) frete para de transferência de mercadorias entre os estabelecimentos industriais e estabelecimentos distribuidores. Por conseguinte a PGFN apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720068/2010-62	CARF	2ª instância	18/03/10	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 373.330,91	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2006, no montante de R$ 1.643.703,01. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.264.282,62. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 373.330,91. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.721932/2010-43	CARF	2º Instância	10/07/2010	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 705.370,52	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 1º trimestre de 2005 no valor de R$ 2.643.855,79. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R$ 1.184.000,92, glosando o valor de R$ 1.459.854,87. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto débito no valor principal de R$ 705.370,52. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.907380/2012-21	CARF	2ª instância	03/07/2012	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 2.106.665,20	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de saldo-negativo de IRPJ, ano-calendário 2006, no montante de R$3.934.972,80. Sobreveio despacho decisório, reconhecendo parcialmente o crédito pleiteado no valor de R$ 2.819.618,48, tendo em vista que parte das estimativas compensadas não restaram confirmadas. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para compensar integralmente os débitos vinculados, restou em aberto o valor devedor no montante de R$ 2.106.665,20 (valor principal R$ 1.309.300,94, multa R$ 261.860,18 e juros de R$ 535.504,08). Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgado parcialmente procedente, reconhecendo o crédito adicional no valor de R$ 953.610,88.A PGFN apresentou Recurso Especial. Por conseguinte a empresa interpôs Embargos de Declaração, bem como apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda. Adveio decisão não reconhecendo os Embargos. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial da PGFN. A integralidade dos débitos em discussão no presente processo foram inclusos no programa do Litigio Zero, no qual aguarda deferimento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
2016.000005807436-25 (2016.000003460412-45)	SEFAZ/PE	1º Instância	13/01/2016	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	SEFAZ/PE	R$ 1.858.731,28	Trata-se de Auto de Infração ICMS que exige o valor de R$ 1.858.731,28 (principal: R$875.071,66 multa R$787.564,48 juros R$196.095,14), por supostamente utilizar créditos fiscais irregularmente, recolhendo o ICMS normal no código 005-1, em valor a menor que o legalmente exigido. Apresentada impugnação, a qual teve seu julgamento convertido em diligência, para que a assessoria contábil verificasse se houve recolhimento de ICMS a menor, e, se fosse o caso, apresentasse DCT ajustado considerando apenas o valor do imposto não recolhido. Sobreveio o resultado de Diligência sobre a Informação Fiscal pela Autoridade Autuante entendendo que lançar no DCT do Auto de Infração o valor dos créditos fiscais destacados nas notas fiscais de entradas seria impedir o contribuinte de se creditar de crédito legítimo. Diante disso, apresentada a manifestação ao resultado da diligência. Atualmente, aguarda-se o julgamento da impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
19515.720853/2018-27	CARF	2º Instância	13/12/2018	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 3.973.670,56	Trata-se de Auto de infração, que exigiu IRRF, IRPJ e CSLL, acrescidos de juros e multa de ofício agravada para 150%, em síntese, por dizer que a JOSAPAR teria incorrido em fraude nas aquisições de feijão, da empresa BREJÃO, exigindo o crédito tributário consolidado de R$ 3.973.670,56. Foi protocolada Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso Voluntário e Recurso de Ofício, os quais aguardam julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.909309/2021-73	CARF	1ª Instância	05/10/21	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 15.790.160,08	Trata-se de Pedido de Ressarcimento nº 21265.18878.230216.1.7.57-3910 de IPI, referente ao período de 01/1999 a 09/2013, no montante de R$15.123.353,06. Sobreveio Despacho Decisório reconhecendo parcialmente o crédito pleiteado no valor de R$5.190.884,47, contudo, o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar integralmente as compensações vinculadas, exigindo assim um valor devedor no montante de R$15.790.160,08, sendo principal no valor de R$10.123.400,27, multa no valor de R$2.024.679,68, e juros no valor de R$3.642.080,13. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080-904377/2017-60	CARF	2º Instância	07/06/2017	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 999.147,47	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de crédito de saldo negativo de IRPJ, referente ao exercício de 2012, no montante de R$ 545.178,12. Sobreveio despacho decisório indeferindo o crédito pleiteado, tendo em vista que parte das estimativas compensadas não restaram confirmadas, e não homologando as compensações vinculadas, restando em aberto débito no valor de R$ 999.147,47, sendo principal no valor de R$582.750,63, multa no valor de R$116.550,02 e juros no valor de R$299.846,82. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente, no sentido de reconhecer direito creditório referente a IRPJ do ano-calendario 2011, no valor de R$ 3.727,03. Deste modo, foi apresentado Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080-911.398/2023-80	DRJ07	1ª Instância	04/11/2023	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Receita Federal do Brasil	R$ 17.537.829,03	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de PIS e COFINS no valor de R$ 33.895.871,62, referente à decisão favorável na esfera judicial para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições, bem como o direito à compensação dos valores indevidamente pagos, nos 05 anos anteriores à impetração, em consonância com a tese firmada no Tema 69 do STF. Sobreveio Despacho Decisóri reconhecendo parcialmente o direito creditório no valor de R$ 8.819.369,27, glosando R$ 25.076.502,40, sob o argumento, em síntese, de que deveria ser desconsiderado para o cálculo do direito creditório passível de compensação as parcelas liquidadas por dedução de créditos da não cumulatividade. Contudo o crédito reconhecido não foi suficiente para compensar integralmente os débitos vinculados, gerando assim um saldo devedor de R$ 17.537.829,03 (sendo principal de R$ 12.435.669,40, multa de R$ 2.449.615,94 e juros de R$ 2.652.543,69). Apresentada Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
012018510014021-0	SEFAZ/PA	1º Instância	13/12/2018	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	SEFAZ/PA	R$ 424.390,00	Trata-se de Auto de Infração lavrado em face da Contribuinte por meio do qual lhe fora imputado o crédito tributário de R$ R$424.390,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil trezentos e noventa reais), consubstanciado em exigência de ICMS, multa e juros, sob o argumento de que a empresa teria deixado "de pagar o imposto em virtude de haver registrado de forma incorreta, o valor real da operação". Irresignada, a Contribuinte apresentou Impugnação, a autoridade competente para análise da Impugnação determinou a realização de diligência. Em retorno à diligência, sobreveio Ordem de Serviço, em razão qual foi apontada Manifestação à diligência ratificando os argumentos em sede de Impugnação. Sobreveio decisão de Impugnação, a qual manteve o Auto de Infração lavrado. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgado procedente para cancelar integralmente o Auto de Infração. Atualmente aguarda-se arquivamento do feito.	-	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
4.062.570-9	SEFAZ/SP	2ª instância	12/10/2015	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	SEFAZ/SP	R$ 3.815.601,51	Trata-se de Auto de Infração por meio do qual lhe foi exigido o crédito tributário de R$ 4.205.472,61, decorrentes da cobrança de suposto débito de ICMS no valor de R$ 1.863.369,97, de juros no valor de R$ 643.937,64 e de multa no valor de R$ 1.698.165,00, por diversas infrações. Foi realizado o pagamento de R$ 389.871,12 (R$ 216.705,54 de principal, R$ 76.316,26 de juros e R$ 96.849,30 de multa), tendo sido apresentada Impugnação apenas com relação à suposta redução indevida da base de cálculo prevista no artigo 39 do Anexo II do RICMS/00, no valor principal de R$ 1.202.472,55, e suposto creditamento indevido relativo a despesas de fretes nas aquisições de mercadorias beneficiadas com redução da base de cálculo, no valor principal de R $ 444.191,88. A impugnação apresentada foi julgada improcedente, tendo sido mantido o AI. Interposto Recurso Ordinário, o AI foi mantido. Apresentado Pedido de Retificação de julgado, ao qual foi dado provimento para complementar a decisão, porém mantendo o AI. Foi interposto Recurso Especial, o qual foi conhecido parcialmente e dado parcial provimento. Encerrada a discussão na esfera administrativa, o processo foi arquivado em 15/04/2024, razão pela qual não constrá nos próximos relatórios.	-	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
054/1.14.0002246-8 - 0004538-12.2014.8.21.0054 (Processo apenso aos Embargos à Execução Fiscal nº 054/1.16.0000822-1) (5000428-79.2014.8.21.0054)	1ª Vara da Comarca de Itaqui/RS	1ª Instância	01/10/2014	Município de Itaqui	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	R$ 537.241,89	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Itaqui objetivando a cobrança da dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa nº 19747/2014, no valor de R$ 537.241,89, a título de ISS. Em 31/10/2014, a Executada nomeou bens à penhora. Em 25/02/2015, foi determinada a suspensão da Execução Fiscal e o apensamento à Ação Anulatória nº 054/1.14.0001872-0 (5000400-14.2014.8.21.0054). Em 22/06/2015, foi proferida decisão na ação anulatória tornando por termo o bem ofertado pela executada. Em 30/12/22, foi determinado o arquivamento da Execução Fiscal até o deslinde da Ação Anulatória nº 5000400-14.2014.8.21.0054.	Perda Possível	Com garantia	R$ 974.036,09
5037413-91.2016.4.04.7100 (REsp nº 1735690) (AREsp 2312653)	16ª Vara Federal de Porto Alegre/RS	Superior Tribunal de Justiça	30/05/2016	União Federal	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	R$ 1.375.920,95	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança da dívida no valor de R$ 1.375.920,95, conforme anexa a Certidão de Dívida Ativa da União nº 12.614.916-0. Em 27/06/2016 a União peticionou, requerendo a penhora de dividendos ou arresto dos valores suficientes à garantia da execução. Em 01/07/2016 sobreveio despacho determinando a citação e a penhora dos valores via BACENJUD. Em 05/07/2016 foram expedidas cartas precatórias à CVM e BM & F BOVESPA para penhora dos dividendos. Em 08/07/2016, a executada apresentou Exceção de Pré-Executividade, com pedido liminar para que sejam suspensas as constrições (penhora online e constrição na liberação de dividendos). Por fim requereu a nulidade da CDA e a extinção da Execução Fiscal. Em 11/07/2016 foi revogada a constrição dos valores junto às instituições financeiras. Em 07/12/2016 foi proferida sentença, julgando procedente os pedidos da executada, acolhendo exceção de pré-executividade e julgando extinta a Execução Fiscal, condenando a União ao pagamento de honorários advocatícios à executada, os quais foram fixados em 10% sobre o valor arrestado via BACENJUD. Em 19/12/2016, a executada opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Em 15/02/2017, Executada interpôs Recurso de Apelação. Em 08/08/2017, foi reformada parcialmente a sentença, dando parcial provimento ao apelo da Executada para majorar os honorários de sucumbência. Diante dessa decisão, ambas as partes opuseram Embargos de Declaração. Em 12/12/2017 sobreveio decisão que deu provimento aos Embargos de Declaração da União e julgou prejudicado os Embargos de Declaração da Empresa. Em 14/02/2018 a Executada interpôs Recurso Especial, o qual foi admitido. Em 17/04/2018 o processo foi distribuído no STJ e registrado sob o REsp nº 1735690. Em 09/12/2019 foi publicada decisão monocrática negando provimento ao Recurso Especial. Diante disso, foi interposto Agravo Interno, para ajustar a base de cálculo dos honorários advocatícios ao proveito econômico obtido com a exceção de pré-executividade apresentada. Em 02/08/2021, o agravo interno foi provido, a fim de tornar sem efeito a decisão anterior. Os autos foram encaminhados para a Coordenadoria para providencias. Em 19/10/2021, foi proferida decisão dando provimento ao Recurso Especial, a fim de declarar violado o art. 1.022 do CPC e, como consequência, determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem para que se manifeste acerca da matéria articulada nos Embargos de Declaração. A decisão do STJ transitou em julgado em 02/02/2022. Assim, os autos retornaram ao TRF4 no dia 05/02/2022. Em 06/02/2022 o feito foi concluso para novo julgamento dos Aclaratórios. Em 01/06/2022, peticionamos requerendo a retirada do presente feito da pauta de julgamento virtual para que seja realizada através de sessão presencial ou por videoconferência, o pedido foi indeferido. Em 15/06/2022, sobreveio acórdão negando provimento aos Embargos de Declaração. Diante disso, em 23/06/2022, a empresa opôs Embargos de Declaração visando, em suma, sanar contradição e omissão encontradas. Em 01/07/2022, a União apresentou contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos. Em 10/10/2022 a Executada apresentou os memoriais, em face da sessão de julgamento virtual. Em 19/10/2022 sobreveio acórdão negando provimento aos Embargos de Declaração e aplicando multa de 2% sobre o valor atualizado da causa ao ora recorrente. Em 23/11/2022 a Executada interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, os quais contrarrazoados pela União. Em 28/11/2022 os autos foram conclusos para decisão de admissibilidade. Em 19/12/2022, sobreveio aos autos decisões que inadmitiram ambos os recursos. Em 08/02/2023 a Executada apresentou Agravo de Decisão Denegatória de Recurso Especial e Extraordinário. Em 13/03/2023 sobreveio decisão mantendo as decisões Agravadas por seus próprios fundamentos. Em 07/03/2023 os autos foram remetidos ao STJ (AREsp nº 2312653) e distribuídos à Exma. Sra. Ministra Presidente do STJ. Em 31/08/2023 o feito	Perda Possível	Sem garantia	R$ 2.350.898,54
2009.71.00.020803-2 (5076634-81.2016.4.04.7100)	16ª Vara Federal de Porto Alegre/RS	1ª Instância	20/07/09	União Federal	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	R$ 703.513,53	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal objetivando a cobrança da dívida inscrita nas Certidões de Dívida Ativa nº 0020700308789, 0020700308860 e 0060701089427, no valor de R$ 703.513,53. Em 18/12/2009, a Exequente requereu a suspensão da Execução Fiscal em razão da adesão da Executada ao parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009. Em 07/01/2010, a União Federal requereu a penhora no rosto dos autos da Execução de Sentença nº 93.00.04106-1, onde a Executada possui crédito a receber da União Federal. Em 17/05/2010, foi indeferido o pedido de penhora. Em 03/02/2011, a Exequente requereu a penhora no rosto dos autos do Mandado de Segurança nº 2000.71.10.002359-2, tendo em vista que a Executada possui valores a serem levantados na demanda. Em 02/02/2011, foi indeferido o pedido de penhora. Em 05/04/2011, a Executada requereu a suspensão da Execução Fiscal, uma vez que serão extintos os débitos que constituem a CDA executada pela conversão de saldo remanescente dos depósitos judiciais realizados no Mandado de Segurança nº 2000.71.10.002359-2. Em 03/11/2011, foi proferida decisão determinando a suspensão da Execução Fiscal. Em 09/03/2017 a Exequente requereu a suspensão da Execução Fiscal até nova manifestação do ente público, considerando a adesão da Executada ao parcelamento. Em 15/03/2017, foi proferida decisão determinando a suspensão da Execução Fiscal até nova manifestação da Exequente.	Perda Possível	Em parcelamento	R$ 1.710.311,74 - débitos com exigibilidade suspensa em face da inclusão dos débitos em programa de parcelamento
054/1.19.0001046-9 (0002475-38.2019.8.21.0054) (5000703-52.2019.8.21.0054)	2ª Vara da Comarca de Itaqui/RS	1ª Instância	10/07/2019	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaqui	O débito já é objeto da Execução Fiscal de nº 054/1.19.0001789-7 (0003805-70.2019.8.21.0054).	Trata-se de medida judicial, com pedido de liminar, objetivando a anulação do auto de infração 001/2019 (Processo Administrativo 270/2019), desconstituindo-se, consequentemente, o respectivo crédito tributário face a não incidência de ISS sobre a atividade de secagem de arroz, bem como sua não incidência sobre mero serviço-meio ao processo produtivo de beneficiamento e comercialização de arroz. Em 29/07/2019, sobreveio decisão deferindo o pedido liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão até o julgamento da presente ação anulatória. Em 25/09/2019, após oposição de Embargos de Declaração, os mesmos foram desacolhidos, considerando que a decisão foi clara no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Em 16/04/2021, os autos foram apensados ao processo 054/1.19.0001789-7. Em 17/08/2022, os autos foram remetidos em diligência para núcleo local de digitalização. Em 02/11/2022, os autos foram recebidos e protocolados no Eproc sob o nº 5000703-52.2019.8.21.0054. Em 17/01/23, as partes foram intimadas da digitalização. Em 31/01/2023, a empresa se manifestou nos autos suscitando o prosseguimento da instrução probatória. Em 13/03/23, o Município peticionou informando que aguarda abertura e intimação para instrução probatória e, em 14/03/2023, os autos foram conclusos para decisão. Em 13/07/2023, sobreveio decisão intimando a Autora para regularizar a digitalização das peças inseridas nos autos eletrônicos. Em 26/07/2023, a Autora comprovou a regularização e, em 07/08/2023, o feito foi concluso para proferimento de decisão. Em 15/01/2024, as partes foram intimadas para informarem acerca das provas que pretendem produzir. Em 26/01/2024, a Autora requereu a realização de perícia contábil.	Perda Possível	Com garantia	O débito já é objeto da Execução Fiscal de nº 054/1.19.0001789-7 (0003805-70.2019.8.21.0054).
054/1.19.0001789-7 (0003805-70.2019.8.21.0054) (5001033-49.2019.8.21.0054)	2ª Vara da Comarca de Itaqui/RS	1ª Instância	09/10/2019	Município de Itaqui	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	R$ 728.979,52	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança da dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa nº 33012/2019, ajuizada pelo Município de Itaqui referente ao ISSQN incidente sobre o serviço de secagem de arroz. Considerando que os débitos estão com a exigibilidade suspensa, fora apresentada Exceção de Pré-Executividade. Em 28/09/2020, sobreveio a decisão determinando a prevenção da 2ª Vara Judicial de Itaqui, tendo em vista a ação anulatória ajuizada pelo executado em relação aos valores cobrados na presente demanda. No mesmo ato, determina que os autos sejam apensados ao processo de nº 054/1.19.0001046-9. Em 16/04/2021, os autos foram remetidos a 2ª Vara de Itaqui. Em 17/08/2022, os autos foram remetidos em diligência para núcleo local de digitalização. Em 02/11/2022, os autos foram recebidos e protocolados no Eproc sob nº 5001033-49.2019.8.21.0054. Em 14/03/2023, o Município de Itaqui informou que o feito não foi apensado na AÇÃO ANULATÓRIA nº 50007035220198210054, requerendo, pois, o apensamento, mesma data em que os autos foram conclusos para decisão. Em 09/05/2023, o apensamento foi concluído, ocasião em que restou determinada a suspensão dos autos até o deslinde da ação anulatória.	Perda Possível	Garantia na Anulatória nº 5000703-52.2019.8.21.0054	R$ 964.388,34

4.4 Processos não sigilosos relevantes

5058569-38.2016.4.04.7100 (REsp nº 1818087)	14ª Vara Federal de Porto Alegre/RS	Superior Tribunal de Justiça	24/08/2016	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	União Federal	R$ 424.016,03	Trata-se de medida judicial, com pedido liminar, objetivando anular os débitos objeto dos processos fiscais de cobrança nº 11080.010.553/2006-48, nº 11080.010.555/2006-37, nº 11080.010.558/2006-71 e nº 11080.010.560/2006-40. Em 25/08/2016, sobreveio a decisão deferindo parcialemente a liminar, a fim de acolher, em caução do crédito tributário apurado nos processos administrativos fiscais nº 11080.010560/2006-40, 11080.010553/2006-48, 11080.010555/2006-37 e 11080.010558/2006-71, o seguro garantia contratado pela autora com SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A, apólice nº 05991201600510775001051600000, no valor de R$ 424.016,03, bem como determinar à União que expeça, em 24h, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa em favor da requerente. Em 05/09/2016, a Autora opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Em 26/09/2016, a Autora interpôs Agravo de Instrumento (nº 5042449-74.2016.4.04.0000), o qual foi negado provimento. Em 27/11/2017, foi proferida sentença de improcedência. Em 25/01/2018, a Autora interpôs Recurso de Apelação. Em 16/02/2018, a Autora apresentou o Pedido de Tutela de Urgência com pedido de liminar (nº 5006965-27.2018.4.04.0000), o qual foi deferido. Em 22/03/2018, a Autora apresentou novo Pedido de Tutela Provisória de Urgência com pedido liminar (nº 5011995-43.2018.4.04.0000). Em 26/03/2018, foi deferida a liminar. Diante da decisão, a União interpôs Agravo Interno, o qual restou desprovido. Ato contínuo, a União interpôs Recurso Especial, que foi admitido. Em 04/06/2019, foi protocolado e registrado no STJ sob o REsp nº 1818087. Em 28/06/2019, foi publicada decisão não conhecendo do Recurso Especial da União. Em 18/09/2019, ocorreu o trânsito em julgado da decisão do STJ. Assim, os autos foram encaminhados para o TRF4, para o julgamento da Apelação da Autora. Em 27/07/2021, a Autora peticionou requerendo a juntada da nova apólice de Seguro Garantia. Em 26/08/2021, foi pedido vista pelo relator, ficando sobrestado o julgamento. Em 15/10/2021, sobreveio o voto do Desembargador Rômulo Pizzolatti negando provimento à Apelação da Autora. Ato Contínuo, o Desembargador Leando Paulsen pediu vista. Em 09/12/2021, sobreveio voto do Desembargador Leandro Paulsen dando parcial provimento à Apelação, de forma a determinar que o Fisco examine os pedidos de compensação sem incluir na base de cálculo do PIS e COFINS não cumulativos as reduções de encargos concedidas pelo Fisco. Ato Contínuo, a Desembargadora Maria de Fátima Freitas Labarrere pediu vista. Em 15/07/2022, a 2ª turma decidiu, por maioria, dar parcial provimento à apelação, para determinar que o fisco examine os pedidos de compensação sem incluir na base de cálculo do PIS e COFINS não cumulativos as reduções de encargos concedidas pelo fisco lavrará o acórdão do Desembargador Federal Leadro Paulsen. Em 18/07/2022, Maria de Fátima Freitas Labarrère, votou por acompanhar o voto-vista proferido pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen. Em 21/07/2022, sobreveio acórdão de parcial provimento à apelação, para determinar que o Fisco examine os pedidos de compensação sem incluir na base de cálculo do PIS e COFINS não cumulativos as reduções de encargos concedidas pelo Fisco. Em 27/07/2022, a empresa opôs Embargos de Declaração. Em 04/08/2022, a União interpôs Recurso Especial. Em 25/11/2022, sobreveio acórdão negando provimento aos Embargos de Declaração da empresa. Em 30/11/2022 a União peticionou nos autos, reiterando o recurso especial interposto e requerendo sua admissão e provimento. Após decisão que negou provimento aos Embargos de Declaração, a empresa interpôs Recurso Especial e Extraordinário em 26/01/2023 e, em 15/03/2023, apresentou contrarrazões ao recurso especial interposto pela União. Por conseguinte, os Recursos interpostos por todas as partes foram admitidos. Em 19/05/2023, o feito foi recebido no STJ e em 12/06/2023 o feito foi distribuído ao Exmo. Sr. Ministro Gursel de Faria	Perda Possível	Com garantia	R$ 709.675,63
054/1.14.0001872-0 (0003792-47.2014.8.21.0054) (5000400-14.2014.8.21.0054)	1ª Vara da Comarca de Itaqui/RS	1ª Instância	06/10/2014	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaqui	Valor já consta na Execução Fiscal nº 054/1.14.0002246-8	Trata-se de medida judicial, com pedido liminar, objetivando a desconstituição do débito tributário referente a notificação de lançamento de ISSQN nº 342/2014. Em 14/10/2014, a liminar foi indeferida. A Autora interpôs Agravo de Instrumento (nº 70062575741), o qual deferiu a antecipação de tutela requerida em 21/11/2014. Em 17/12/2014, foi juntada contestação do Réu. Em 25/02/2015, foi conhecido do agravo de instrumento e dado provimento, ratificando a antecipação de tutela recursal, para suspender a exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada pelo município, autuada sob nº 054/1.14.0002246-8, até o julgamento da ação anulatória. Em 18/06/2015, tornou-se por termo o bem ofertado pela executada para a manutenção do efeito suspensivo da decisão. Em 21/02/2018, foi proferido despacho para cumprir a decisão do agravo de instrumento, para suspender a exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada até o julgamento final da ação anulatória. Em 21/03/2019, as partes foram intimadas para apresentar as provas que pretendem produzir. Em 08/07/2019, a autora peticionou requerendo o deferimento dos pedidos de realização de prova pericial contábil e técnica de engenharia de produção, com a designação de peritos devidamente habilitados, bem como, após o deferimento, seja a Autora intimada para apresentar quesitos. Em 27/09/2019, foi deferida a realização de prova pericial e nomeados os peritos, sendo as partes intimadas para indicar assistentes técnicos e quesitos. Em 21/10/2020, foi determinada a expedição do mandado de intimação ao Município de Itaqui para cumprimento da medida liminar deferida. Em 22/07/2021, foi confirmado com a Empresa que o lançamento ISSQN nº 342/2014 não está obstando a expedição de CND ou CPEN. Em 11/10/2022, os autos foram recebidos e protocolados no Eproc sob nº 5000400-14.2014.8.21.0054, e as partes foram intimadas a respeito. Em 08/11/22, peticionamos requerendo a intimação do Sr. Perito para manifestar-se acerca da pretensão honorária anteriormente por ele indicada, bem como seja designado novo perito para a perícia na área contábil. Em 25/11/22, o perito apresentou pretensão honorária de R$ 20.064,00. Em 31/01/2023, sobreveio despacho dando vista às partes acerca da pretensão honorária do perito, e, em caso de concordância, determinando demais diligências para a devida realiação de perícia técnica, e, ainda, indicou para realização da perícia contábil, o perito Dirceu Granado de Souza. Em 13/02/2023, a empresa se manifestou informando concordância com os valores sugeridos, ocasião em que juntou o comprovante de pagamento de pagamento dos honorários periciais. Em 16/02/2023, o perito requereu pelo levantamento de 50% dos valores depositados, realizado em 16/02/2023. Em 17/03/2023, o perito contábil designado informou a pretensão honorária de R$ 8.780,28. Em 03/03/2023, o Município de Itaqui apresentou quesitos. Em 06/03/2023, o perito firmou compromisso para realização de perícia em 30/03/2023. Em 11/04/2023, o Município manifestou protesto, considerando não ter sido intimado para acompanhamento da perícia realizada em 30/03/2023. Em 11/04/2023, a empresa suscitou a intimação do Município de Itaqui para que manifeste eventual interesse em designação de nova data para realização de perícia. Em 12/04/2023, o feito foi concluso para despacho/decisão. Em 29/05/2023, o perito responsável pela perícia na área de engenharia anexou Laudo Pericial. Em 08/08/2023, sobreveio decisão reconhecendo a inexistência de prejuízo na ausência de intimação do Município, de modo que o Julgador promoveu a intimação das partes para apresentação de quesitos complementares. Em 28/08/2023, a Autora manifestou-se informando ciência do despacho proferido e suscitando nova intimação para nova manifestação acerca do Laudo Pericial. O Município de Itaqui, por sua vez, manifestou-se em 02/10/2023 reiterando os quesitos já apresentados. Intimadas as partes para eventual apresentação de quesitos complementares	Perda Possível	Garantia apresentada na Execução Fiscal de nº 054/1.14.0002246-8	Valor já consta na Execução Fiscal nº 054/1.14.0002246-8
5016858-19.2017.4.04.7100 Resp nº 2072654	14ª Vara Federal de Porto Alegre/RS	Superior Tribunal de Justiça	28/03/17	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	União Federal	R$ 7.473.651,03	Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, objetivando reconhecer indevida a multa isolada aplicada, anulando o Auto de Infração objeto do Processo Administrativo nº 11080.010828/2005-62, e por conseguinte o débito oriundo do mesmo. Em 16/04/2017, sobreveio a decisão indeferindo o pedido liminar. Em 12/09/2017, foi proferida sentença concedendo a segurança pleiteada. Em 01/11/2017, a União interpôs Recurso de Apelação, o qual foi negando provimento. Em 30/09/2021, foi juntada ao processo, o vídeo da sessão de julgamento. Em 26/10/2021, a União Federal opôs Embargos de Declaração, o qual fora impugnado em 09/11/2021. O processo foi incluído em pauta de julgamento na sessão telepresencial do dia 26/10/2022. Em 27/10/2022 sobreveio acórdão negando provimento aos Embargos de Declaração opostos pela União. Em 30/01/2023 a União apresentou Recurso Especial, o qual restou inadmitido no tocante à violação ao artigo 97 do CTN e admitido quanto ao remanescente. Em 12/05/2023 os autos foram recebidos no STJ e em 24/05/2023 foram distribuídos ao Exmo. Sr. Ministro Humberto Martins. Em 27/11/2023, os autos foram redistribuídos ao Sr. Ministro Afrânio Vilela.	Perda possível	Sem garantia	R$ 11.960.831,11
0800049-21.2024.4.05.8300	33ª Vara Federal de Pernambuco	1ª instância	04/01/24	União Federal	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	R$ 88.444.528,37	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança das Certidões de Dívida Ativa de nº 40 6 22 001424-20 e 40 4 22 000317-13. Intimada para se manifestar quanto a ocorrência de prescrição dos débitos objeto da Execução Fiscal, a União, em 07/02/2024, informou que referidos valores foram objeto de parcelamento via PERT, posteriormenete cancelado, bem como que no Mandado de Segurança de nº 0810083-02.2017.4.05.8300 foi determinada a suspensão de exigibilidade dos referidos débitos, razões pelas quais os mesmos não encontrariam-se prescritos. Por conseguinte, em 08/02/2024, a União Federal requereu a penhora de valores via SISBJUD. Em 09/02/2024, a Executada compareceu espontaneamente nos autos, com oferecimento de garantia integral à Execução Fiscal, através da Apólice de Seguro nº 43.75.0000021, no valor de R$ 88.830.655,42. Discorreu, ainda, acerca da ma-fé da União Federal ao pleitear valores já prescritos, os quais jamais foram objeto de parcelamento, ou tiveram como objeto de Mandado de Segurança o reconhecimento da suspensão de sua exigibilidade. Em 11/03/2024, a União Federal foi intimada do teor da manifestação da Executada. Entretanto, em razão da inscrição da empresa no CADIN, a Executada manifestou-se requerendo que a intimação da União ocorresse em 24 horas, pedido que restou indeferido em em 14/03/2024. Em 22/03/2024, a Executada apresentou manifestação requerendo que o juízo aceite o seguro garantia oferecido, enquanto não se manifesta a Exequente. Em 26/03/2024, sobreveio decisão reputou garantida a execução, determinando a exclusão da executada do CADIN. Em 01/04/2024, a Executada opôs Embargos de Declaração, com o objetivo de que fosse sanada possível obscuridade, acerca da determinação expressa de que a Exequente está impossibilitada de promover a inscrição da Executada nos cadastros de inadimplentes. Em 03/04/2024, a União apresenta manifestação informando que o seguro garantia ofertado pela executada já foi averbado nas CDAs nº 40 4 22 000317-13 e 40 6 22 001424-20, bem como que tais dívidas não estão mais impactando no CADIN. Em 08/04/2024, a União Federal apresentou contrarrazões aos Embargos de Declaração. Em 29/04/2024, sobreveio decisão acolhendo os Embargos de Declaração da Executada. Em 13/06/2024, a União opôs Agravo de Instrumento. Em 02/08/2024, a União Federal requereu a suspensão dos autos até o julgamento dos embargos à Execução Fiscal n. 0805151-24.2024.4.05.8300.	Perda Possível	Com garantia	R$ 96.767.158,49
1006821-23.2024.8.26.0176	1ª Vara Judicial Foro de Embu das Artes	1ª Instância	30/08/2024	Josapar Joaquim Oliveira SA Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Fazenda Pública do Estado de São Paulo	R$ 6.235.258,88	Trata-se de pedido de Tutela Cautelar Antecedente com pedido liminar, objetivando a emissão de Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPEN), que o demandado se abstenhade incluir a Autora no CADIN Estadual, SERASA, SISBACEN, SISBAJUD, ou qualquer outro órgão de restrição e não obste a fruição de eventuais benefícios fiscais estaduais e a adesão deregimes especiais tributários em razão do débito ora garantido. Em 25/09/2024, foi deferida a liminar. Em 04/10/2024, o Estado de São Paulo apresentou contestação. Em 07/10/2024, a empresa juntou comprovante de pagamento do prêmio da apólice do Seguro Garantia nº 02-0775-1120997, garantindo o débito além de seu valor integral. Em 28/10/2024, a empresa emendou a inicial. Foi julgado parcialmente procedente os embargos, para reduzir a multa constante do executivo fiscal para 30 documentos e excluir cobrança dos juros à taxa selic. Em 05/11/2024, a Autora apresentou réplica.	Perda possível	Com garantia	R$ 7.125.205,95

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2024, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R$165.000.
A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para contingências	13.526	16.821	61.806	44.636
(-) Depósitos judiciais	(2.312)	(2.357)	(8.081)	(8.013)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	11.214	14.464	53.725	36.623

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos relevantes:

Não há processos sigilosos em que a empresa ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributos s/ deprec. Incentivada	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos(*)	17.887	14.588	25.314	22.080
Parcelamentos (**)	6.274	13.657	6.274	13.657
	24.161	28.245	31.588	35.737

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

1. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social diferida	13.844	13.841	13.844	13.841
Imposto de renda diferido	28.687	30.375	28.687	30.375
Total	42.531	44.216	42.531	44.216

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social diferida	(4.732)	(3.862)	(7.336)	(6.489)
Imposto de renda diferido	(13.155)	(10.726)	(17.978)	(15.591)
Total	(17.887)	(14.588)	(25.314)	(22.080)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
Corrente	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social	(2.957)	(2.374)	(5.741)	(4.992)
Imposto de renda	(8.011)	(6.423)	(15.580)	(13.591)
	(10.968)	(8.797)	(21.321)	(18.583)
Diferido				
Contribuição social	371	3.789	371	3.789
Imposto de renda	(674)	8.644	(674)	8.644
	(303)	12.433	(303)	12.433
	(11.271)	3.636	(21.624)	(6.150)

4.7 Outras contingências relevantes

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	34.811	12.469	50.526	28.408
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	5.362	6.153
	34.811	12.469	55.888	34.561
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	(11.836)	(4.239)	(19.002)	(11.751)
Exclusões (adições) permanentes	8.840	9.599	8.840	9.599
Exclusões (adições) temporárias	(1.209)	(13.387)	(1.209)	(13.387)
Efeito tributação em controlada	-	-	(3.187)	(2.274)
Outros	(7.066)	11.663	(7.066)	11.663
	(11.271)	3.636	(21.624)	(6.150)

A Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos, 2025:8%, 2026:8%, 2027:8%, 2028:8%, 2029:8% e o restante 60%, nos 8 anos restantes.

A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Descrição de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hegde* natural às importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro 2025
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2025
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2025
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 R	Junho 2025
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.500 cabotagem 650 rodoviário	Junho 2025

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US$ 3.000.000	Junho 2025
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US$ 1.000.000	Junho 2025

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI).

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

a) Principais práticas: Análises de relatórios no ERP principal e ERP gerencial da companhia, bem como confronto de informações com planilhas auxiliares de gestão e relatórios contábeis da empresa.

b) Estruturas organizacionais envolvidas: Grupos mistos que englobam Diretoria, Gerências, Coordenadores e supervisores de área em estruturas de linha e cruzadas entre áreas distintas.

c) A eficiência dos controles é supervisionada diretamente pelo Diretor Administrativo Financeiro e pelo Diretor Operacional da Companhia.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório de auditoria independente: a Administração da companhia entende não haver deficiências significativas e relevantes que justifiquem ênfase nessa seção.

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de Integridade

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando:

A Companhia estruturou ao longo do ano de 2019 os principais pilares de seu Programa de Compliance, reforçando seu compromisso com a ética e integridade, assim como desenvolveu políticas, procedimentos e práticas para evitar, detectar e combater atos contrários às leis e regras internas.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e práticas são adaptadas

A Companhia possui Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. Além disso, promoveu treinamento das lideranças em suas diferentes unidades.

As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia formou o Comitê de Ética e Compliance, órgão de assessoramento da Diretoria, a quem incumbe implantar as atividades previstas no trabalho de estruturação do Programa de Compliance. A instauração do Comitê foi formalmente aprovada em reunião da Diretoria datada de 10 de dezembro de 2018.

Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

A Companhia possui um Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. O Código foi aprovado pela Diretoria em reunião datada de 23 de julho de 2019.

a. Se o emissor possui canal de denúncia

A Companhia possui o canal de comunicação através do e-mail ouvidoria@josapar.com.br, ferramenta pela qual está apta a receber reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitação de informações.

b. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Não aplicável à Companhia, uma vez que não realizou tais operações.

5.3 Programa de integridade

c. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não obstante a pouca interação com a Administração Pública, a Companhia está estruturando seu Programa de Compliance.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

O ano de 2024 foi marcado por um cenário de instabilidade econômica, agravado por uma tragédia climática sem precedentes no Rio Grande do Sul.

A pauta recorrente sobre o descontrole fiscal trouxe o desafio à economia doméstica, e a inflação crescente pressionada pelos gastos do governo mostrou força ao longo do ano. Esse contexto deteriorou o cenário do ano anterior, cujas projeções mostravam queda da taxa de juros, e o que se observou, após a SELIC iniciar o ano em 11,25%aa e chegar a 10,50% a.a. em maio, foi as altas robustas e sucessivas a partir de setembro, com taxa ao final de 2024 em 12,25% a.a. com viés de alta.

O IPCA fechou 2024 em 4,83%aa, passando o teto de 1,5% sobre a meta, de 3%a.a. Ainda assim a Selic média de 2024 foi 18% inferior à do ano anterior – 11% em 2024, contra 13% em 2023. O câmbio por sua fez seguiu depreciado, com dólar médio de 2024 de R$ 5,39, ante R$ 4,99 em 2023.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2023/2024 apresentou uma produção de 10,6 milhões de toneladas, safra 5,5% maior quando comparada à de 2022/2023. Ainda assim o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2024 foi de R$ 111, superando em 20% os R$ 92 do exercício de 2023. Já as expectativas para a safra 2024/2025 novamente indicam maior oferta de grãos. Volume previsto de 12,1 milhões de toneladas, 14,3% maior que a anterior, de 10,6 milhões de toneladas, com aumento de 6,5% da área plantada e também com aumento da produtividade (7,3%). O aumento contínuo dos estoques de passagem e a oferta doméstica substancialmente maior de matéria prima pressionará a queda no nível de preços de arroz para 2025, e sua recuperação ao longo do exercício dependerá do consumo, e da volatilidade do dólar e do desempenho das exportações e das importações.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela administração da companhia sobre a politica de gerenciamento de riscos e controles internos.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

BANRISUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

88.198.056/0001-43	Brasil	Não	Não	29/03/2019	
Não					
0	0,000	20.600	15,681	20.600	0,195

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

92.682.038/0001-00	Brasil	Não	Não	03/09/2012	
Não					
0	0,000	52.500	39,964	52.500	0,496

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

JOSE OSWALDO MORALES JUNIOR

066.016.438-82	Brasil	Não	Não	04/04/2019	
Não					
0	0,000	18.000	13,702	18.000	0,170

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LOSAPAR S/A PARTICIPAÇÕES					
03.431.911/0001-61	Brasil	Não	Não	29/03/2018	
Não					
1.537.917	14,716	0	0,000	1.537.917	14,533
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
PEROLI S/A PARTICIPACOES					
01.093.994/0001-09	Brasil	Não	Sim	11/04/2016	
Não					
6.847.512	65,520	500	0,381	6.848.012	64,712
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
SANTIAGO SANTOS GOTTSCHALL					
417.119.800-30	Brasil	Não	Não	23/08/2018	
Não					
0	0,000	8.000	6,090	8.000	0,076
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
2.065.564	19,764	31.768	24,182	2.097.332	19,819
TOTAL					
10.450.993	100,000	131.368	100,000	10.582.361	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PEROLI S/A PARTICIPACOES	**01.093.994/0001-09**	

FERRAGENS VIANNA S/A					
92.192.236/0001-95	Brasil	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
6.328.838	20,325	0	0,000	6.328.838	20,325
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇOES LTDA.					
13.075.182/0001-01	Brasil	Não	Sim	11/04/2016	
Não					
6.626.258	21,281	0	0,000	6.626.258	21,281
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda					
07.009.537/0001-61	Brasil	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
15.579.936	50,036	0	0,000	15.579.936	50,036
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
PEROLI S/A PARTICIPACOES				**01.093.994/0001-09**	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
2.602.430	8,358	0	0,000	2.602.430	8,358
TOTAL					
31.137.462	100,000	0	0,000	31.137.462	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
FERRAGENS VIANNA S/A				**92.192.236/0001-95**	
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA					
08.173.613/0001-32	Brasil	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
252.482	70,665	0	0,000	252.482	70,665
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
104.810	29,335	0	0,000	104.810	29,335
TOTAL					
357.292	100,000	0	0,000	357.292	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇOES LTDA.	**13.075.182/0001-01**	

ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES

411.410.400-34	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
500.000	7,947	0	0,000	500.000	7,947

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR

207.412.940-87	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
559.500	8,893	0	0,000	559.500	8,893

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

HELENA MARTINS DE OLIVEIRA

428.243.380-91	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
556.000	8,837	0	0,000	556.000	8,837

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇOES LTDA.	**13.075.182/0001-01**	

IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR

252.011.400-25	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
556.000	8,837	0	0,000	556.000	8,837

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

JOAQUIM MARIA DE OLIVEIRA SOARES

005.298.500-87	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
45.000	0,715	0	0,000	45.000	0,715

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

LAURO DE OLIVEIRA LAPA

007.256.330-34	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.900.000	30,199	0	0,000	1.900.000	30,199

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇOES LTDA.	**13.075.182/0001-01**	

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA

400.874.250-68	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
500.000	7,947	0	0,000	500.000	7,947

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM

457.707.270-04	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
559.500	8,893	0	0,000	559.500	8,893

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO

417.879.780-87	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
559.500	8,893	0	0,000	559.500	8,893

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇOES LTDA.	**13.075.182/0001-01**	

SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA					
237.291.630-00	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
556.000	8,837	0	0,000	556.000	8,837
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL					
6.291.500	100,000	0	0,000	6.291.500	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda	**07.009.537/0001-61**	

ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda					
06.188.543/0001-60	Brasil	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
3.776.250	40,001	0	0,000	3.776.250	40,001
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

L.M.A. Negócios e Participações Ltda					
06.179.946/0001-43	Brasil	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
1.886.250	19,981	0	0,000	1.886.250	19,981
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
3.777.834	40,018	0	0,000	3.777.834	40,018

TOTAL

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				**07.009.537/0001-61**	
9.440.334	100,000	0	0,000	9.440.334	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda	**06.188.543/0001-60**	

AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR

207.412.940-87	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.245.694	18,114	0	0,000	1.245.694	18,114

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

HELENA MARTINS DE OLIVEIRA

428.243.380-91	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
570.950	8,302	0	0,000	570.950	8,302

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR

252.011.400-25	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
571.050	8,304	0	0,000	571.050	8,304

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda	**06.188.543/0001-60**	

MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM

457.707.270-04	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.135.439	16,511	0	0,000	1.135.439	16,511

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARIA HELENA ALMEIDA DE OLIVEIRA

805.975.990-68	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.647.278	23,953	0	0,000	1.647.278	23,953

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO

417.879.780-87	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.135.539	16,512	0	0,000	1.135.539	16,512

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				**06.188.543/0001-60**	
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA					
237.291.630-00	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
571.050	8,304	0	0,000	571.050	8,304
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
6.877.000	100,000	0	0,000	6.877.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
L.M.A. Negócios e Participações Ltda				**06.179.946/0001-43**	

ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES					
411.410.400-34	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.890	49,974	0	0,000	1.890	49,974
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA					
400.874.250-68	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.892	50,026	0	0,000	1.892	50,026
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
L.M.A. Negócios e Participações Ltda				**06.179.946/0001-43**	
3.782	100,000	0	0,000	3.782	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	**08.173.613/0001-32**	

ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda

06.188.543/0001-60	Brasil	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
390.000	40,272	0	0,000	390.000	40,272

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

L.M.A. Negócios e Participações Ltda

06.179.946/0001-43	Brasil	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
128.044	13,222	0	0,000	128.044	13,222

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS

450.375	46,506	0	0,000	450.375	46,506

TOTAL

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				**08.173.613/0001-32**	
968.419	100,000	0	0,000	968.419	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda	**06.188.543/0001-60**	

AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR

207.412.940-87	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.245.694	18,114	0	0,000	1.245.694	18,114

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

HELENA MARTINS DE OLIVEIRA

428.243.380-91	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
570.950	8,302	0	0,000	570.950	8,302

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR

252.011.400-25	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
571.050	8,304	0	0,000	571.050	8,304

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda	**06.188.543/0001-60**	

MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM

457.707.270-04	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.135.439	16,511	0	0,000	1.135.439	16,511

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARIA HELENA ALMEIDA DE OLIVEIRA

805.975.990-68	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.647.278	23,953	0	0,000	1.647.278	23,953

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO

417.879.780-87	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.135.539	16,512	0	0,000	1.135.539	16,512

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ALMALAGUÊS Negócios e Participações Ltda				**06.188.543/0001-60**	
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA					
237.291.630-00	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
571.050	8,304	0	0,000	571.050	8,304
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
6.877.000	100,000	0	0,000	6.877.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
L.M.A. Negócios e Participações Ltda	**06.179.946/0001-43**	

ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES					
411.410.400-34	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.890	49,974	0	0,000	1.890	49,974
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA					
400.874.250-68	Brasil	Não	Sim	30/12/2010	
Não					
1.892	50,026	0	0,000	1.892	50,026
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
L.M.A. Negócios e Participações Ltda				**06.179.946/0001-43**	
3.782	100,000	0	0,000	3.782	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	300
Quantidade acionistas pessoa jurídica	12
Quantidade investidores institucionais	2

Ações em Circulação

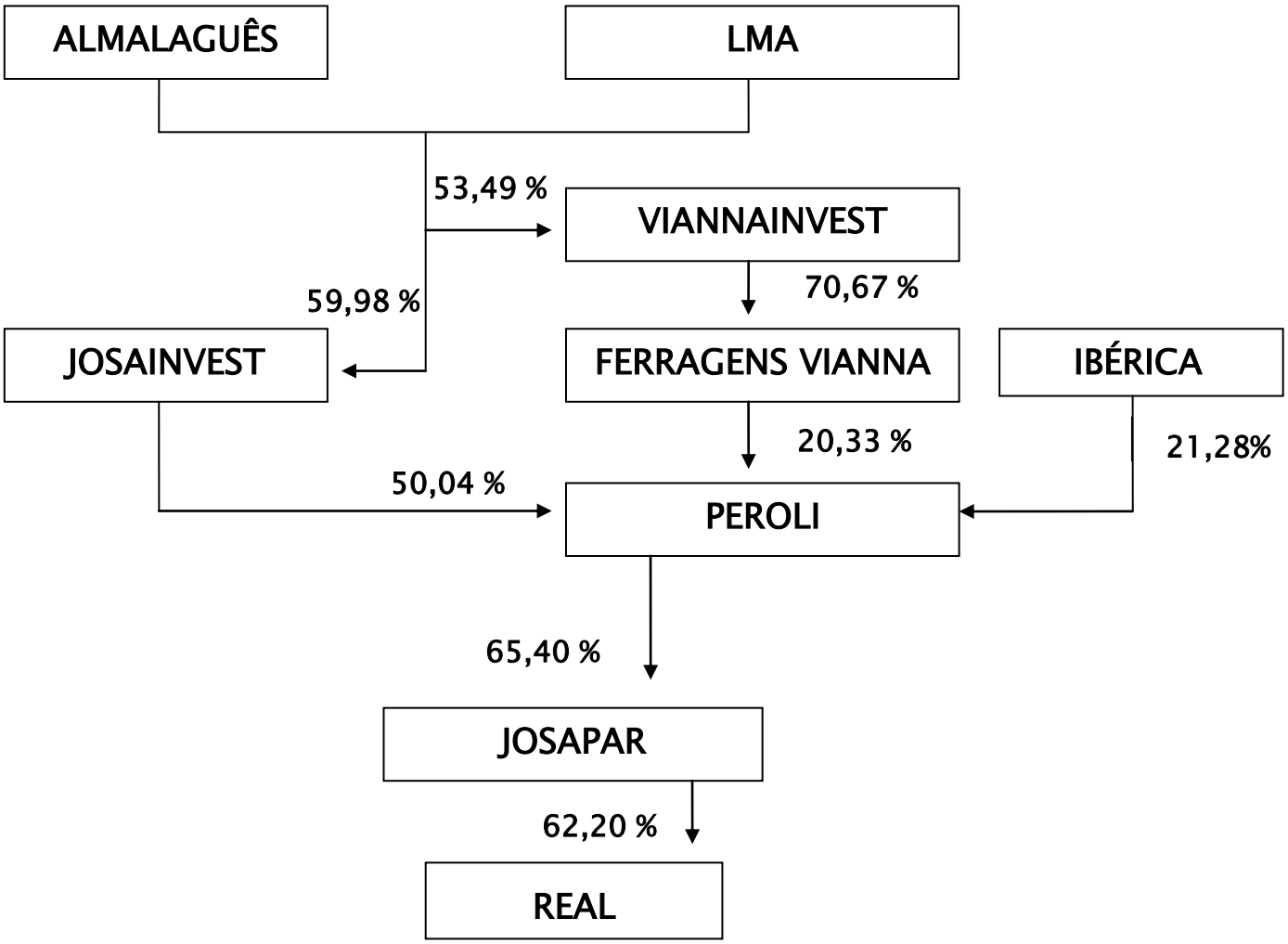
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	2.065.564	19,764%
Quantidade preferenciais	31.768	24,182%
Total	2.097.332	19,819%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
JOSAPAR INTERNACIONAL	00.000.000/0000-00	100
Real Empreendimentos S/A	92.213.552/0001-04	62,2

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o controle societário da organização.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de administração

Cabe ao Conselho de Administração:

a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;

b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;

c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desimobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;

d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;

e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;

f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para feito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;

g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;

h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;

i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembleia geral e convocá-la;

j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública "Comercial Papers";

k) Apresentar à assembleia geral plano para outorga de opção de compra de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;

l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembleia geral;

m) Escolher e destituir auditores independentes;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo;

o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

(ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;

(iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

(v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

(vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

(viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico-financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;

c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;

e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;

f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;

g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;

h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há comitê de auditoria.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês
O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembleia Ordinária.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê
Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria
- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;
- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.
- Diretor Comercial: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de abastecimento, comercialização, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.
- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria
A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	**0**	**10**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	**0**	**10**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	**0**	**10**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Políticas e práticas das Assembléias Gerais

a) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

b) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar - Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre - RS.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de administração de conflitos de interesse formalmente regulamentada.

e) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Aquelas previstas pelo Estatuto Social da Organização.

f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Aquelas previstas pelo Estatuto social da Organização. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembléias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há formalmente estabelecidos.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA **CPF:** 007.257.060-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/05/1940

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	28/04/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR **CPF:** 207.412.940-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 14/11/1957

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2025	1 ano	Outros Conselheiros / Diretores	Presidente do C.A. e Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores	30/04/2025	Sim	28/04/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS EDUARDO F LOBATO **CPF:** 285.713.390-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 01/01/1952

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos cargos de Conselho Administrativo da Cia. e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	28/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JORGE ALBERTO ZUGNO **CPF:** 184.455.600-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 07/10/1953

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos cargos de Conselho de Administração da Cia. e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial e administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	28/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA **CPF:** 400.874.250-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 23/03/1964

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2025	1 ano	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente		30/04/2025	Sim	28/04/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIS AUGUSTO BARCELLOS KRAUSE **CPF:** 435.086.000-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 30/10/1962

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos cargos de Direção na Administração na Cia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Não há	30/04/2025		28/04/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome MARCELO AUGUSTO FURLAN DOS SANTOS **CPF:** 490.775.460-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/04/1968

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos cargos de Direção na Administração na Cia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Não há	30/04/2025		28/04/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA **CPF:** 237.291.630-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 22/02/1955

Experiência Profissional: Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspendido ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	28/04/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não existem outros comitês vigentes na organização.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é uma empresa de origem familiar que hoje tem representantes da terceira geração à frente dos negócios. Em função desta origem, não existe a convivência com as seguintes relações familiares na operação: dois dos principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente) e todos os demais conselheiros são acionistas e possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em função da origem familiar e da sua estrutura de gestão, há a presença de administradores que são, concomitantemente: acionistas, conselheiros ou administradores da Companhia; ou acionistas, conselheiros e administradores da controlada Real Empreendimentos S/A; ou ainda acionistas e administradores nas holdings controladora.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Acordos/seguros de administradores

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (D&O - Directors and officers), com o valor de cobertura limitado a R$ 10 milhões, prêmio de R$ 22 mil.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 outras informações relevantes

A companhia entende não haver outras informações relevantes que não as apresentadas nessa seção.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente e um membro do Conselho de Administração possuem remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração
A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, EBITDA, lucro líquido.

8.1 Política ou prática de remuneração

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

8.1 Política ou prática de remuneração

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00		5,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	499.000,00	4.645.000,00		5.144.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.770.000,00		6.770.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	499.000,00	11.415.000,00		11.914.000,00

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	1,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	4.430.000,00		4.906.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.520.000,00		7.520.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	476.000,00	11.950.000,00		12.426.000,00

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00		5,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	448.000,00	3.894.000,00		4.342.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.520.000,00		1.520.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	448.000,00	5.414.000,00		5.862.000,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,00		**4,00**
N° de membros remunerados		4,00		**4,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração		11800000,00		**11.800.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		6770000,00		**6.770.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		6770000,00		**6.770.000,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,00		**4,00**
N° de membros remunerados		0,00		**0,00**
Esclarecimento		As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros e resultados para o exercício de 2023 não foram alcançadas. Desta forma, não houve a apropriação de PPR para o exercício.		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,00		**4,00**
N° de membros remunerados		4,00		**4,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1520000,00		**1.520.000,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1520000,00		**1.520.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1520000,00		**1.520.000,00**

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1520000,00		**1.520.000,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1520000,00		**1.520.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1520000,00		**1.520.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1520000,00		**1.520.000,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações:

Não se aplica a companhia, pois não há plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Outorga de opções de compras de ações

Não se aplica a companhia, pois não há opções em aberto.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto

Não se aplica a companhia, pois não há opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não se aplica a companhia.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

Não se aplica a companhia.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, bem como as alterações em suas posições.

JOSAPAR	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	1,91%	0,01%	0%
PREFERENCIAS	0%	0%	0%

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência

Não se aplica a companhia, pois não há planos de previdência privada.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2024	31/12/2024
Nº de membros	4,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	1,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.926.639,93	499.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	963.320,01	499.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.444.979,97	499.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há qualquer dispositivo adicional que não o detalhado no item 7.7.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupando por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**010510**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
MOORE PRIME AUDITORES E CONSULTORES SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	07.048.269/0001-97
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
04/10/2011	04/10/2011	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
2015: Para serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 134.400,00.		
Justificativa da substituição		
N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

Código CVM do Auditor	**012360**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	21.601.212/0001-02
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
29/07/2016	29/07/2016	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
2016/2017: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 285.600,00. 2018/2019: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 150.297,00. 2020: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 167.003,71. 2021: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 53.333,35.		
Justificativa da substituição		
N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

Código CVM do Auditor	012220	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - EPP	Juridica	20.840.718/0001-01
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
01/01/2022	01/01/2022	

Descrição dos serviços prestados
Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
2021: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 94.500,00 2022: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 129.600,00 2023: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 142.315,00 2024: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R$ 154.658,05
Justificativa da substituição
N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
N/A

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Ítens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

Não há ítens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	22	0	0	0
Não-liderança	187	1270	0	0	0
TOTAL = 1.481	**189**	**1292**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	23	1	0	0	0	0
Não-liderança	5	956	252	240	4	0	0
TOTAL = 1.481	**5**	**979**	**253**	**240**	**4**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	9	15
Não-liderança	410	738	309
TOTAL = 1.481	**410**	**747**	**324**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	24	0
Não-liderança	79	1378	0
TOTAL = 1.481	**79**	**1402**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	2	0	0	22	0
Não-liderança	3	75	13	0	1366	0
TOTAL = 1.481	**3**	**77**	**13**	**0**	**1388**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	3	0	0	0
Nordeste	5	72	0	0	0
Centro-Oeste	2	11	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	182	1206	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 1.481	**189**	**1292**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	3	0	0	0	0	0
Nordeste	1	14	12	50	0	0	0
Centro-Oeste	0	9	2	2	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	4	953	239	188	4	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 1.481	**5**	**979**	**253**	**240**	**4**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	2	1
Nordeste	22	44	11
Centro-Oeste	7	5	1
Sudeste	0	0	0
Sul	381	696	311
Exterior	0	0	0
TOTAL = 1.481	**410**	**747**	**324**

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrição dos recursos humanos

a) Número total de colaboradores das Empresas:

Josapar e Real Empreendimentos : 1.503

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	
Engenho Centro	14
Externos	66
Farinha	15
Areal	23
Vila Princesa	626
Administração	96
Insumos	95
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	73
BRASILIA - DF	12
ITAQUI – RS	407
SANTA VITORIA - RS	23
DOM PEDRITO - RS	28
Total Empresa Josapar	1.478

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
Porto Alegre - RS	9
Santa Maria - RS	13
Total Real Empreendimentos	**22**

10.1 Descrição dos recursos humanos

b) Número total de terceirizados:

Em 2024 a companhia tinha a seguinte composição de terceiros:

Pelotas	20
Itaqui	8
Recife	4
Total	32

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em torno de 17,56%.

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco. A Companhia possui diversas ações trabalhistas individuais, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta, atualmente, R$ 5.183.358,83 milhões. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alterações relevantes

Não aplicável à Companhia, pois não houve nenhuma alteração relevante.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Politícas e práticas de remuneração dos segmentos

a) Política de salários e remuneração variável

A Política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembleia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio farmácia;
- Cesta básica;
- Refeitório;
- Seguro de Vida.

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois não há remuneração baseada em ações a empregados.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
41.470,52	2.681,32	15,47
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Regras, políticas e práticas

Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há regra formal específica para esse tema.

Relações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora		Consolidado
	Ativo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	591	6.958	-
Peroli Participações S.A.	5.918	-	7.170
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.869	-	2.869
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Outros	1.628	-	2.375
Em 31 de dezembro de 2022	14.424	6.958	16.457
Real Empreendimentos S.A.	523	9.513	-
Peroli Participações S.A.	15.013	-	16.265
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.903	-	2.903
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-
Outros	1.509	-	2.256
Em 31 de dezembro de 2023	50.277	9.513	25.468

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da Companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a Companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para perda de crédito esperadas, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há regra formal específica para esse tema. Detalhadas no anexo do item 16.1

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Itens ‘n’ e ‘o’.

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses.
o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Não há informações relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
31/12/2024		120.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
10.450.993	131.368	10.582.361

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros – Direitos e regras

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há outros valores mobiliários emitidos.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia, não há ações em outras rubricas que não sejam ordinárias e preferenciais.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

BOVESPA.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia, não há negociações com mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes sobre Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Valores Mobiliários.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Luciano Adures de Oliveira	Diretor Presidente
Augusto Lauro de Oliveira Junior	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

Porto Alegre, 31 de maio de 2025

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Presidente da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações que:

a. revi o formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 ao 20; e que

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Atenciosamente,

Luciano Adures de Oliveira
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Porto Alegre, 31 de maio de 2025

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações que:

a. revi o formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 14 a 20; e que

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Atenciosamente,

Augusto Lauro de Oliveira Junior
Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.